



TERMO DE DOAÇÃO Nº 002/CEGÁS/2024
PROCESSO SCDOC Nº 10043/2023

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO
CEARÁ - CEGÁS, E INSTITUTO KATIANA
PENA, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **Outorgante Doadora**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e a Diretor Presidente **Miguel Antonio Cedraz Nery**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a empresa **INSTITUTO KATIANA PENA**, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Mirtes Cordeiro, 3147, Bairro Granja Lisboa, CEP: 60.540-604, inscrito no CNPJ sob nº 73.304.859/0001-68, doravante denominado **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**, neste ato representado por sua Presidente, **Katiana Pena Moraes**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, celebram o presente **Termo de Doação**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1 O presente Termo tem como fundamento o art. 27, §3º da Lei Federal nº 13.303/2016, e Lei Estadual nº 18.012/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente **Termo de Doação** tem por objeto a doação de recursos a favor da entidade beneficiária **INSTITUTO KATIANA PENA**, conforme especificações constantes no processo administrativo, no Edital do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, bem como a Descrição do Projeto **“PALAVRAS E PASSOS”** e Plano de Comunicação Proposto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Para a execução do objeto deste Termo, serão destinados pela CEGÁS à empresa **INSTITUTO KATIANA PENA**, recursos no valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) a serem desembolsados, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE

3.2. A destinação financeira objeto deste Termo será efetuada por meio de depósito na **conta nº 52060-8 - Agência 3887-3 - Banco do Brasil S.A.** – de titularidade da **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**.

3.3 O desembolso será feito obedecendo ainda às seguintes condições:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS do(a) **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**, bem como com a situação regular junto ao SERASA;
- b) Assinatura do presente termo por ambas as partes;
- c) Apresentação pelo beneficiário do CEFIC (Certificado de Incentivo Fiscal) emitido pela SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ;
- d) Verificação do limite de 2% do ICMS mensal apurado pela contabilidade da CEGÁS.

3.4 O depósito poderá ocorrer ainda de forma parcelada até o prazo de validade do CEFIC correspondente, mediante a verificação dos limites apurados pela GCONT, bem como pela conveniência e disposição orçamentária da CEGÁS.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005

Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br

Central Telefônica: (85) 3266-6900

DS
LPSA

DS
MACN

DS
KPM

4.1. O prazo de vigência deste Termo será de até **24 (vinte quatro)** meses contados a partir da data da celebração deste instrumento.

4.2. O prazo de execução do presente termo é de **20 (vinte)** meses contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado.

4.3. O termo poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 173 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES

5.1. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS:

a) adotar as providências internas necessárias à viabilização da destinação dos recursos, na forma prevista, à **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**.

5.2. ENTIDADE BENEFICIÁRIA INSTITUTO KATIANA PENA:

a) quando do recebimento do valor depositado pela CEGÁS, emitir recibo no valor recebido em conta específica do projeto verificando a competência da dedução do ICMS junto à CEGÁS, executar de forma plena e fiel o projeto do Projeto “**PALAVRAS E PASSOS**”, selecionado pelo Edital Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, conforme condições propostas no projeto;

b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;

c) obter autorização de uso de imagem dos participantes dos projetos contemplados, a ser enviada à CEGÁS juntamente com os relatórios semestrais.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da CEGÁS especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

6.2. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, por meio de Ata de Reunião, nos termos do § 1º do art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILCS da CEGÁS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

7.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA (executora) do projeto declara que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

CLÁUSULA OITAVA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver

qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá:

- a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGÁS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.
- d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.
- e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.
- f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a ENTIDADE BENEFICIÁRIA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.
- g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:
 - i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;
 - ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;
 - iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
 - iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
 - v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

- vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

8.2. Caso a ENTIDADE BENEFICIÁRIA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

8.3. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da ENTIDADE BENEFICIÁRIA.

8.4. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA NONA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

9.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

9.2 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no “CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE” da CEGÁS, disponível para download no sítio eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá a ENTIDADE BENEFICIÁRIA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

9.3 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

9.4 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:

- a. <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;
- b. ouvidoria@cegas.com.br;
- c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;
- d. [comissão.etica@cegas.com.br](mailto:comissao.etica@cegas.com.br);

e. cae@cegas.com.br;

CLÁUSULA DÉCIMA - ANTICORRUPÇÃO

10.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS, disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

10.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

10.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

10.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i. não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii. não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii. não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

10.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

10.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

10.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO TERMO

11.1. A inexecução total ou parcial deste Termo pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Termo e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

11.2. Considera-se em mora a ENTIDADE BENEFICIÁRIA pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

11.3. Constituem motivo para a rescisão do termo:

- I – O não cumprimento de suas cláusulas especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- V – A instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) ENTIDADE BENEFICIÁRIA;



VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da ENTIDADE BENEFICIÁRIA, que prejudique a execução deste termo;

VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CEGÁS e exaradas no processo administrativo a que se refere este termo;

IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do termo, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a ENTIDADE BENEFICIÁRIA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.4. A rescisão deste termo poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;


III – Judicial, nos termos da legislação;


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

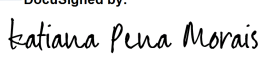
12.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza-CE, 08 de janeiro de 2024 | 10:57 BRT

DocuSigned by:

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY
Diretor-Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:

LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:

KATIANA PENA MORAIS
Diretora-Presidente
Instituto Katiana Pena

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:

DANIELE SILVA FRANÇA
NOME: Daniele Silva França
CPF: 632.273.983-20

DocuSigned by:

SICÍLIA MOTA REGADAS
NOME: Sicília Mota Regadas
CPF: 97591785320

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D3BFBC40D77B4A0888E92BF05D62EC31
Assunto: Complete com a DocuSign: TD_002_2024_INST KATIANA_18012.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 7
Certificar páginas: 6
Assinatura guiada: Ativado
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Eric Figueiredo
Rua Santo Antonio no 17, Sala F
Eusebio, CE 61760-000
eric.figueiredo@cegas.com.br
Endereço IP: 187.120.48.242

Rastreamento de registros

Status: Original
05/01/2024 10:41:26

Portador: Eric Figueiredo
eric.figueiredo@cegas.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Eduardo Marzagão
jose.marzagao@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Assinatura

DS
EM

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 187.120.48.242

Registro de hora e data

Enviado: 05/01/2024 11:37:16
Visualizado: 05/01/2024 15:44:13
Assinado: 05/01/2024 15:44:35

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/01/2024 15:44:13
ID: 08dfb560-207f-45ed-83a1-0e390f401510

Daniele Silva França
daniele.franca@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:
Daniele Silva França
40ECD41ECC704F2...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 187.120.48.242

Enviado: 05/01/2024 15:44:38
Visualizado: 05/01/2024 16:20:37
Assinado: 05/01/2024 16:21:13

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/01/2024 16:20:37
ID: ffd19a02-2c4f-4b0d-b804-4fd547ad78dd

Sicília Mota Regadas
sicilia.regadas@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:
Sicilia Mota Regadas
AFCD9187BF7B4DD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 187.120.48.242

Enviado: 05/01/2024 16:21:16
Visualizado: 05/01/2024 16:51:05
Assinado: 05/01/2024 16:51:35

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10/10/2023 16:00:41
ID: d2b6c182-5cc1-4f5f-b25b-99000712ca4b

Katiana Pena Moraes
institutokatianapena@gmail.com
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)


DocuSigned by:
Katiana Pena Moraes
F2D89CD847D04F0...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 45.181.9.92

Enviado: 05/01/2024 16:51:39
Reenviado: 08/01/2024 09:43:50
Visualizado: 08/01/2024 09:47:38
Assinado: 08/01/2024 09:48:38

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:


Aceito: 08/01/2024 09:47:38
ID: 30696f9b-c013-4acf-84b2-0ed8cd35d1a7

| Eventos do signatário | Assinatura | Registro de hora e data |
|---|---|---|
| Leandro Petsold dos Santos Araújo leandro.araujo@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) | <div>DocuSigned by:  6E5C9CE948FF4E3...</div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.120.48.242</div> | Enviado: 08/01/2024 09:48:42 Visualizado: 08/01/2024 09:54:42 Assinado: 08/01/2024 09:55:00 |

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/01/2024 09:54:42
ID: 5e3f769f-09f8-41a0-a7c5-c94739c04d7c

Miguel Antonio Cedraz Nery
miguel.nery@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

37CBB121D5D64F5...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 131.0.20.142
Assinado com o uso do celular

Enviado: 08/01/2024 09:55:05
Visualizado: 08/01/2024 10:57:31
Assinado: 08/01/2024 10:57:44

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/03/2023 09:01:43
ID: 9199bd65-e1ef-4aa5-8876-8050619aad09

| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |

| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
|--|----------------|--|
| Rayanne Lima de Freitas rayanne.limaetorres@cegas.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) | Copiado | Enviado: 08/01/2024 10:57:49 Visualizado: 08/01/2024 11:00:37 |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign | | |

| | | |
|--|----------------|------------------------------|
| Tony Inacio Cardoso tony.cardoso@cegas.com.br coordenador Gelcs Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) | Copiado | Enviado: 08/01/2024 10:57:50 |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign | | |

| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
|-------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 05/01/2024 11:37:16 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 08/01/2024 10:57:31 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 08/01/2024 10:57:44 |
| Concluído | Segurança verificada | 08/01/2024 10:57:50 |
| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, HCITIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact HCITIS OBO CEGAS - ISV:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: admin.gerti@cegas.com.br

To advise HCITIS OBO CEGAS - ISV of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from HCITIS OBO CEGAS - ISV

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with HCITIS OBO CEGAS - ISV

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to admin.gerti@cegas.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify HCITIS OBO CEGAS - ISV as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by HCITIS OBO CEGAS - ISV during the course of your relationship with HCITIS OBO CEGAS - ISV.